



Projeto sobre combustível para aviação divide opiniões

Decisão sobre unificação do ICMS para querosene de aviões ficou para terça-feira, devido a controvérsia quanto ao efeito da medida nos estados

Deve ser votado na terça-feira o projeto que cria um teto de 12% para a alíquota interna do ICMS sobre o querosene de aviação. Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, os debatedores divergiram sobre os possíveis efeitos da unificação da alíquota. Para uns, ela pode acabar com a guerra fiscal entre os estados, que hoje têm taxas variando de menos de 12% a 25%, e levar à redução do valor de passagens. Para outros, provocará queda na arrecadação dos estados. **5**

Jorge Viana (3º à esq.), relator, anunciou que votação na Comissão de Assuntos Econômicos será na terça



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Análise de imposto sobre doação e herança é adiada **7**

Rótulo agora terá de dizer se alimento contém lactose **6**

Secretaria da Mesa explica tramitação de proposta **2**

Conselho condena processos de juízes contra jornalistas **7**

Ministério Público vai opinar sobre volta de cassinos **2**

Senadores avaliam renúncia de Cunha à Presidência da Câmara

A decisão de Eduardo Cunha de renunciar à Presidência da Câmara dos Deputados repercutiu no Senado. Alguns senadores veem na renúncia um possível acordo do deputado para manter o mandato, mas avaliam que é preciso aguardar os desdobramentos. Também acreditam que, com nova eleição, a Casa poderá retomar a estabilidade. **4**

Plenário vai votar nomes de três diplomatas indicados por Temer



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Em sabatina realizada ontem, a Comissão de Relações Exteriores aprovou os nomes dos indicados por Temer para representações brasileiras no exterior. Se o Plenário aceitar, Evandro de Sampaio Didonet será delegado na Organização Mundial do Comércio (OMC); George Monteiro Prata, embaixador na Noruega e Islândia; e Paulo César de Camargo, embaixador na Nova Zelândia. **8**

Aloysio (2º à esq.) conduz sabatina de Prata, Camargo e Didonet na Comissão de Relações Exteriores

Debate: primeira infância precisa de ações integradas **2**

Texto prevê acordo em caso de falha no saneamento **4**

Audiência aponta desafio no combate a doença de cavalos

A dificuldade em obter um diagnóstico confiável do mormo, doença que atinge cavalos e outros equídeos, complica o combate à enfermidade, disseram especialistas que participaram de audiência na Comissão de Agricultura. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Especialistas do Ministério da Agricultura e médicos-veterinários em audiência pública conduzida por Ana Amélia (C)

Integração é desafio para 1ª infância, dizem debatedores

Envolvimento de várias áreas da gestão pública, como educação e saúde, e cooperação entre governos estaduais e municipais são essenciais, segundo especialistas, para sucesso de atendimento

A EFETIVIDADE DE ações para o desenvolvimento integral de crianças até 6 anos requer integração com políticas essenciais à gestão pública, como finanças, saúde e educação. O desafio é romper com ações estanques, apontou o 4º Seminário Internacional Marco Legal da Primeira Infância, encerrado ontem.

O evento reuniu no Senado, desde terça-feira, parlamentares, gestores e especialistas, do Brasil e do exterior, que discutiram a Política Integrada da Primeira Infância, prevista na Lei 13.257/2016, sancionada em março. Estratégias para ampliar a escala de atendimento à primeira infância foram analisadas a partir das experiências das Prefeituras de Boa Vista, São Paulo, Campinas e Fortaleza e dos governos do Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco e São Paulo.

A deputada Leandre (PV-PR) lembrou que o princípio da integração e da cooperação norteou a construção do novo marco legal, que agora começa a ser convertido em política pública voltada às crianças.

— Temos muito a comemorar, pela semente de uma legislação que é referência no mundo todo. E tenho certeza de que é assim por ter sido feita a tantas mãos, com a contribuição de tantas pessoas.

A opinião foi compartilhada por Leonardo Yáñez, da Fundação Bernard van Leer.

— O marco legal não nasce da espontaneidade ideológica, mas da experiência, do conhecimento acumulado e compartilhado, com liderança



Seminário discutiu, no Senado, política integrada para crianças de até 6 anos

de parlamentares que têm se dedicado à temática.

Cooperação

Uma das experiências compartilhadas foi a do Programa Família que Acolhe, implementado em Boa Vista. As avaliações positivas da iniciativa revelam a importância de tratar o tema como uma política integrada, disse a prefeita da capital de Roraima, Teresa Surita.

O programa atende 4,2 mil mulheres e é voltado para adolescentes grávidas e de baixa renda, beneficiárias do Bolsa Família e detentas dos presídios do município.

— É muito difícil colocar a primeira infância como prioridade se a área econômica não entende como isso é importante — disse Teresa.

A integração das ações públicas para tornar mais efetiva a atenção à primeira infância foi também destacada como necessária para o enfrentamento dos desafios da gestão nas grandes cidades.

A coordenadora do Programa São Paulo Carinhosa, Ana Estela Haddad, disse que a

evolução das ações na capital paulista resulta da interação das 14 secretarias municipais. Desde a fase de planejamento, contou, cada uma das secretarias foi incentivada a identificar ações para contemplar a criança e a infância.

Para o gerente de Conhecimento Aplicado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Eduardo Marino, a avaliação dos programas para a primeira infância mostra o acerto da construção de uma governança envolvendo as diferentes pastas da gestão pública.

Ele enfatizou a importância da combinação de ações desde a gestação, que continuam com o apoio à família nos cuidados nos primeiros anos de vida da criança. Marino destacou também o desafio de formação dos servidores que atuam nos programas, e apontou a necessidade de que essa formação seja contextualizada.

— Como conseguir em uma agenda ampla de um agente comunitário de saúde, uma dedicação e uma formação para as questões da primeira infância? — questionou.

CPIs podem melhorar legislação, avalia palestrante

Além de apontar possíveis responsáveis por desvios de normas, as CPIs podem contribuir para a criação de políticas públicas e regras mais eficazes, afirmou a coordenadora de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito do Senado, Adriana Zaban.

Adriana participou da última etapa do Ciclo de Palestras no Poder Legislativo 2016, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB/Interlegis), na segunda.

Segundo ela, no caso das CPIs que tratam de temas amplos, como violência contra as mulheres e assassinato de jovens, os resultados das investigações ajudam a criar uma compreensão mais completa sobre problemas sociais e servem de base para a criação de leis para enfrentá-los.

A coordenadora destacou mudanças nas CPIs desde a criação, na Constituição de 1934. A redemocratização brasileira, disse, deu novos contornos à atuação das CPIs em decorrência da necessária observância dos direitos e garantias individuais. Um dos grandes desafios das comissões de inquérito, afirmou Adriana, é analisar grandes quantidades de informações.

— O acesso e a análise de informação, relativos a dados telefônicos, bancários e fiscais, demandam um grande trabalho de investigação, com a manipulação de documentos incompletos e o cruzamento de dados de diferentes fontes, como instituições financeiras.

O volume e a diversidade de material dificultam que jorna-

listas e parlamentares tenham acesso a documentos.

— No caso da CPI do Mensalão, foram produzidas mais de 900 caixas de arquivos com diferentes tipos de documentos, o que dificultou sobremaneira a consulta pelos técnicos da comissão e por jornalistas.

A coordenadora disse que, para enfrentar as dificuldades do trabalho de investigação parlamentar, o Senado tem buscado soluções, como a criação de um sistema de digitalização e consulta de documentos.

— Embora nem todos os documentos possam ser acessados por qualquer pessoa, uma parte significativa dos materiais produzidos nas CPIs estão na internet e podem ser acessados de modo mais ágil.

Secretaria da Mesa explica análise de texto sobre abuso de autoridade

A Secretaria-Geral da Mesa do Senado divulgou ontem nota em resposta a notícias publicadas em vários veículos de comunicação sobre o projeto de lei do Senado relativo à regulamentação do abuso de autoridade (PLS 280/2016).

Íntegra da nota

Ao contrário do que vem sendo noticiado por vários veículos de comunicação, o Projeto de Lei do Senado 280/2016, relativo à regulamentação do abuso de autoridade, não terá tramitação terminativa na Comissão Especial de Regulamentação da Constituição, embora o Regimento Interno expressamente preveja esse tipo de tramitação para projetos apresentados por senadores.

No entanto, no uso de suas prerrogativas regimentais, o presidente Renan Calheiros determinou, na data de ontem [quarta-feira], à Secretaria-Geral da Mesa, que a matéria fosse submetida à deliberação do Plenário, em virtude da relevância do assunto para todos os segmentos da sociedade brasileira.

Vale lembrar que o referido projeto se insere no contexto do 2º Pacto Republicano, celebrado em 2009, cuja agenda foi concebida por diversas lideranças políticas com representação no Congresso Nacional.

Brasília, 7 de julho de 2016

Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-geral da Mesa

Bezerra ouvirá Ministério Público sobre legalização de cassinos

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) informou que fará uma reunião terça-feira com representantes do Ministério Público e da Polícia Federal sobre o projeto de lei que legaliza o funcionamento de cassinos, bingos, jogo do bicho e videogames (PLS 186/2014). O senador é o relator do texto.

Bezerra disse que a reunião servirá para acolher sugestões e aprimorar o projeto, de modo a dar mais segurança para a votação do texto, que está na pauta do Plenário. Para o senador, a iniciativa pode ser um instrumento importante de aumento da arrecadação federal (espe-



Senador anunciou reunião para terça, com presença também da PF

cialmente para financiar a Previdência Social) e de aprimoramento do desenvolvimento regional, gerando emprego e renda.

TV Senado discute impactos da falta de trabalho de qualidade

Trabalho decente no Brasil e no mundo é tema da *Agenda Econômica*, da TV Senado, neste fim de semana. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a falta de empregos de qualidade está colocando em risco o Objetivo de De-

senvolvimento Sustentável de acabar com a pobreza no mundo até 2030. O diretor do escritório da OIT no Brasil, Peter Poschen, participa do programa.

Agenda Econômica
domingo, às 13h e às 23h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Ana Amélia (C) preside audiência com Fabíola Corrêa, Leandro Barbiéri e Rodrigo Nazareno (do Ministério da Agricultura), Fernando dos Santos e Rui Vincenzi

Inconsistências em exames dificultam diagnóstico do mormo, aponta debate

Estratégias de combate à doença que ataca cavalos e outros equídeos foram discutidas em audiência ontem na Comissão de Agricultura

APESAR DA GARANTIA de que o Brasil possui capacidade técnica para diagnosticar o mormo, doença que vem afetando o plantel de cavalos, burros e mulas no país, os laboratórios nacionais enfrentam dificuldades para lidar com uma peculiaridade: a sororreversão, que é o desaparecimento, em novas amostras, dos anticorpos que indicavam a infecção em animais antes positivados para a enfermidade bacteriana, mesmo sem ter havido cura. Essa inconsistência de resultados positivos e negativos tem gerado desconfiança e indignação em produtores.

Esse foi o teor da exposição dos representantes dos criadores, do Ministério da Agricultura e Pecuária e dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (os Lanagros, vinculados ao ministério) durante a segunda audiência pública da Comissão de Agricultura (CRA) para discutir o tema.

Atualmente, os Lanagros de Pernambuco e Pará são os mais capacitados para fazer o diagnóstico do mormo, explicou Leandro Barbiéri, da Secretaria de Defesa Agropecuária do ministério. O governo vem trabalhando para expandir essa rede, que conta com 6 Lanagros e 28 laboratórios particulares credenciados nacionalmente, disse Barbiéri. Do resultado desses exames depende a decisão

de suspender as atividades de um haras e sacrificar animais contaminados.

A pesquisadora Fabíola Corrêa, do Lanagro-PE, garantiu que as técnicas em uso no Brasil são as mesmas adotadas por laboratórios em países com os quais a instituição tem colaboração:

— Estamos em treinamento, trabalhando em conjunto. A perspectiva é boa, mantemos contato constante com o pessoal de referência da Alemanha, da França, de Dubai. Trabalhamos em conjunto, com as técnicas disponíveis, com o que existe no momento, mas claro que podemos melhorar.

Esses exames, porém, às vezes têm dado resultados falsos: negativo, apesar de haver contaminação, ou positivo, mesmo que o animal não esteja realmente doente ou que apresente os sintomas, mas não possua a bactéria.

Para que os diagnósticos sejam seguros, o presidente da Associação Brasileira dos Médicos Veterinários de Equídeos, Rui Vincenzi, defendeu a padronização dos procedimentos para evitar o que chamou de “dança de resultados”. Problemas com o envio de amostras, o acondicionamento e a temperatura, por exemplo, afetam os resultados, disse:

— O ideal seria termos reagentes iguais, tanto na rede credenciada particular como na rede oficial, e os mesmos

antígenos e técnicas. Talvez a padronização seja um dos fatores que vai eliminar esse problema do positivo-negativo.

Segundo o médico veterinário do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) Fernando dos Santos, um dos problemas está na sensibilidade dos testes disponíveis. Um dos desafios para o futuro, disse ele, é adotar uma combinação de exames que possibilitem mais sensibilidade e mais especificidade, com baixo custo e disponíveis no comércio.

Dois pesos

Autor do requerimento de audiência, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) acusou o governo de atuar com dois pesos e duas medidas nas interdições dos haras. A Coudelaria Souza Leão, em Pernambuco, onde já foram sacrificados mais de 200 cavalos, está interdita desde 2009, relatou. Com o Complexo Militar de Deodoro, no Rio de Janeiro, onde serão realizadas as provas de hipismo nas Olimpíadas e houve o diagnóstico de um cavalo com mormo, a situação foi diferente.

— É muito difícil para nós entendermos dois pesos e duas medidas na análise. O Complexo Deodoro foi liberado em pouco mais de 30 dias. E as outras propriedades rurais estão sendo interditas há anos. Nós temos aqui proprietários de haras que quebraram, estão

falidos — lamentou.

Leandro Barbiéri, do ministério, explicou que a desinterdição das propriedades obedece a um processo e a demora depende de cada caso. Ele afirmou que o processo em Deodoro levou cinco meses e não um, como disse Caiado.

Caiado e o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) sugeriram uma parceria entre produtores, órgãos técnicos e o Ministério da Agricultura para adotar uma padronização nos exames e melhorar o diagnóstico e, assim, dar celeridade à liberação das propriedades.

— Estamos diante de uma doença complexa, com diagnóstico complicado. Nunca tinha ouvido falar que você pode ter, na sorologia, positivo, depois negativo e o animal ainda ser considerado doente. É uma coisa complexa, dá uma insegurança muito grande —, lamentou Moka.

Contaminação

O mormo é uma doença bacteriana grave e contagiosa que ataca equinos, mas pode também ser transmitida ao homem e a outros animais. Os sintomas são corrimento nas narinas e nódulos nas mucosas nasais e nos pulmões do animal, sendo também frequentes casos assintomáticos. Constatada a doença, o cavalo é geralmente sacrificado para evitar a contaminação de outros animais.

Lasier diz que nova regra da Receita prejudica municípios

Lasier Martins (Pdt-RS) classificou como “estapafúrdia” a instrução normativa da Receita, vigente desde o fim de 2015, que aumentou a dívida dos municípios. Segundo a norma, o Imposto de Renda retido na fonte dos trabalhadores não assalariados deixou de ir para os cofres municipais. O senador disse que a regra extrapola a competência do Executivo e gera uma perda anual de R\$ 1 bilhão para os municípios.

Ele anunciou a apresentação de projeto de decreto legislativo que susta os efeitos da norma da Receita.



Waldemir Barrato/Agência Senado

Municípios terão R\$ 3 bilhões extras, destaca Ana Amélia

Os municípios deverão compartilhar receita adicional de R\$ 3 bilhões, disse Ana Amélia (PP-RS). O valor se refere ao aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a ser implantado pelo governo a partir de hoje. O aumento é previsto na Emenda Constitucional 84, de autoria da senadora.

A emenda foi aprovada há dois anos e prevê, explicou Ana Amélia, a implantação gradativa de um ponto percentual do FPM, composto pela arrecadação do Imposto de Renda e do Impostos sobre Produtos Industrializados. No primeiro ano, o aumento foi de meio ponto percentual. A partir de hoje, haverá aumento integral em um ponto percentual.

Pedro Chaves repudia limite a franquia na internet banda larga

A intenção das operadoras de internet de impor limite de transferência de dados “agrave direitos individuais e coletivos”, segundo Pedro Chaves (PSC-MS). O senador teme que, com limitações de franquia na banda larga, os preços dos pacotes de internet atinjam níveis “exorbitantes”.

Pedro criticou a afirmação do presidente da Anatel, João Rezende, de que a era da internet sem limites está chegando ao fim e avaliou que a agência não tem nenhuma razão socialmente justa para apoiar as operadoras contra os interesses do consumidor.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Congresso vai promulgar emenda sobre o TST na terça

O Congresso Nacional vai realizar uma sessão solene na terça-feira, às 12h, para promulgar a emenda constitucional que explicita o Tribunal Superior do Trabalho (TST) como órgão do Poder Judiciário.

A EC 92/2016 também es-

tende os requisitos de notável saber jurídico e reputação ilibada — hoje exigidos dos indicados a ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) — entre as condições de nomeação para o cargo de ministro do TST.

A alteração tem como ori-

gem a PEC 32/2010, aprovada pelo Senado em março de 2015.

O TST sempre foi reconhecido como instância máxima da justiça trabalhista. Apesar desse reconhecimento, não havia o registro expresso no texto constitucional.

Ao apresentar a proposta, em 2010, o então senador Valter Pereira argumentou que, à semelhança do STJ, o TST também desempenha papel de uniformizador e último intérprete da legislação infraconstitucional em sua área de atuação.

Medeiros elogia trabalho da Comissão do Impeachment



Jefferson Rudy/Agência Senado

A Comissão do Impeachment tem sido competente em apontar os fatos da denúncia contra a presidente afastada, disse José Medeiros (PSD-MT) na quarta-feira. Para ele, a comissão mostrou que foram editados decretos sem autorização do Congresso e que foram feitas operações proibidas com bancos públicos.

O senador disse que Dilma Rousseff, ao não comparecer à comissão nesta semana para se defender, perdeu uma oportunidade de se explicar para a população.

— Era o momento oportuno de se redimir ou talvez até de pedir desculpas para a nação, coisa que ela nunca fez.

Ana Amélia: maior vítima de golpe é o Brasil, e não Dilma

Ana Amélia (PP-RS) classificou o trabalho da Comissão do Impeachment como uma tarefa dura, mas marcada pelo respeito entre os senadores a favor e contra a presidente afastada.

A senadora, porém, repeliu o rótulo de “golpistas” aos apoiadores do impeachment, ressaltando que o afastamento por crimes de responsabilidade é definido pela Constituição seguindo um rito aprovado pelo Supremo Tribunal Federal.

— O maior golpe não foi contra Dilma Rousseff. A vítima é o Brasil, que hoje amarga uma das piores crises econômicas. Doze milhões de desempregados vítimas de maquiagens e farsas envolvendo a contabilidade do país.

Malta faz críticas à defesa da presidente afastada e ao PT



Waldemir Barreto/Agência Senado

Magno Malta (PR-ES) criticou ontem a defesa de Dilma Rousseff apresentada à Comissão do Impeachment nesta semana. Ele disse lamentar o fato de a presidente afastada não reconhecer seus erros e voltar a dizer que é vítima de golpistas e de tramoias.

— Nunca participei de nenhuma trama contra ela. Se fiz trama algum dia, foi contra o Brasil, porque a ajudei a se eleger, quando eu ainda era enganado — disse Malta.

Em discurso na quarta-feira, o senador elogiou a Comissão Especial do Impeachment e afirmou que o Legislativo cumpriu uma etapa importante no processo que “livrará o Brasil dos governos do PT”.

Senadores veem renúncia de Cunha com cautela

Parlamentares citaram suspeitas de “acordão” e risco de agravamento da crise política, mas avaliam que é preciso esperar desdobramentos da decisão do deputado, que deixou a Presidência da Câmara

SENADORES COMENTARAM A renúncia do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ocorrida ontem no início da tarde. Na maioria das análises, os parlamentares expressaram cautela para aguardar os desdobramentos do fato.

Para o vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), a renúncia representa um agravamento da crise política do país — que teve Cunha como um dos maiores protagonistas, segundo o senador. Ele avalia que, mesmo fora do comando, Cunha continuará sendo uma figura proeminente e sua vulnerabilidade afeta o presidente interino Michel Temer, que é seu aliado.

— Ele é a pessoa mais influente da Câmara dos Deputados. Está apenas renunciando à Presidência, mas acho que o deputado Eduardo Cunha seguirá sendo uma ameaça e um gravíssimo problema para o governo Temer.

A renúncia, acrescentou o senador, mostra que a crise é mais profunda do que se imagina, pois atinge “uma das figuras mais importantes” do PMDB. Segundo ele, isso é importante para demonstrar que o PT não é o único culpado pela situação do país.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse acreditar que a renúncia é parte de um “acordão” para evitar a cassação do mandato de Cunha. Para o senador, sem o foro privilegiado, o ex-presidente da Câmara fica sujeito a prisão, uma vez que já é réu em investigações da

Operação Lava Jato, da Polícia Federal, e esse cenário seria preocupante para o governo.

— Tem muita gente preocupada com a delação do Eduardo Cunha. Ele não renunciaria se não tivesse um “acordão” montado para salvar seu mandato. Não foi nenhum gesto nobre. Tem uma articulação aí envolvendo vários partidos. Uma delação dele é explosiva, o governo não aguentaria um dia — afirmou Lindbergh.

Alvaro Dias (PV-PR) também disse que não descarta a existência de uma negociação nesse sentido, mas ressaltou que não crê no sucesso da estratégia. Para ele, a pressão popular pela cassação de Cunha impediria essa conclusão:

— É possível que tenha ocorrido um acordo, mas não creio que seja bem-sucedido. A não cassação implica contaminar o próprio Legislativo. Há uma exigência nacional de punição àqueles que cometeram delitos. Não há, a meu ver, hipótese de salvação do seu mandato.

Impeachment

Jorge Viana chamou Cunha de “grande artifice e engenheiro” do processo de impeachment contra a presidente afastada Dilma Rousseff. O senador avaliou que a derrocada do deputado evidencia que o processo estava contaminado desde o início.

— A renúncia dele expressa que aqueles que lutaram para derrubar o governo da

presidente Dilma o fizeram baseados na ação de alguém que não consegue se sustentar na vida pública. Mostra claramente que há um arranjo por trás dessa história do impeachment — disse.

Alvaro disse acreditar que a renúncia não vai afetar o andamento do processo no Senado, uma vez que ele já está em estágio avançado e vem cumprindo as regras constitucionais e o rito estabelecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Para Lindbergh, apenas a cassação e a prisão de Cunha, acompanhadas de uma delação que envolva o núcleo no governo Temer, poderia afetar os rumos do impeachment. Ele garantiu que continuará lutando para que isso aconteça.

Ponto positivo

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o acontecimento é mais um capítulo na crise política, mas disse que enxerga um ponto positivo. Para a senadora, a Câmara vivia um período “confuso” e de “grande desgaste” com o afastamento de Cunha e a presidência interina do vice Waldir Maranhão (PP-MA). Com a renúncia, poderá fazer uma nova eleição e ganhar estabilidade.

— A Câmara poderá respirar novos ares e não contaminar mais a crise que estamos vivendo. Isso certamente trará as condições necessárias para continuar votando matérias importantes.

Gleisi acusa governo Temer de colocar o Mercosul em risco

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ontem que o governo interino de Michel Temer põe em risco a integração do Mercosul, com a “implantação de um programa neoliberal que jamais seria aprovado em eleições livres”.

A senadora lamentou declarações do ministro das Relações Exteriores, José Serra, a respeito da revisão da Tarifa Comum do Mercosul, o que, de acordo com ela, transformaria o atual Mercado Comum do Sul numa “mera área de livre comércio”.

Gleisi também criticou tentativa do governo de evitar que a Venezuela assuma a presidência do Parlamento do Mercosul (Parlasul) em 31 de julho.

Reforma política é a “mãe das reformas”, avalia Dário Berger

Dário Berger (PMDB-SC) defendeu ontem a realização de reformas estruturantes para tirar o país da crise. Uma das principais, disse, é a política, que ele classificou como a “mãe das reformas”. Para o senador, medidas como proibir doações de empresas a campanhas são remendos que não vão resolver o problema.

Ele defendeu uma reforma que privilegie a governabilidade, eliminando o modelo de presidencialismo de coalizão. É impossível governar, tendo que negociar com mais de 30 partidos, afirmou. Também defendeu a cláusula de barreira para partidos políticos e o fim das coligações proporcionais.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Onda conservadora ameaça direitos do trabalhador, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) alertou para a existência de um movimento conservador que tenta retirar direitos trabalhistas e promover uma nova reforma da Previdência, adiando para 65 anos a idade para a aposentadoria.

O senador garantiu que vai lutar pela manutenção dos direitos dos trabalhadores e que não vai permitir que “o negociado prevaleça sobre o legislado”. Segundo ele, há mais de 60 projetos tramitando no Congresso com esse fim.

— Retirar 13º salário, retirar férias, Fundo de Garantia, adicional noturno, retirar a hora extra, o adicional sobre a hora extra, só por cima do meu cadáver. Não tirarão — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Projeto modifica Lei de Crimes Ambientais

A Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998) pode ser modificada para permitir a celebração de termo de compromisso de cessação (TCC) com as operadoras de saneamento básico, seus gerentes, administradores, prepostos e empregados. A intenção é estabelecer a aplicação de penas mais leves pelo não cumprimento de metas de oferta de saneamento básico à população.

A medida está em projeto (PLS 165/2016) do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Serra aponta um descompasso entre a Lei de Crimes Ambientais e o Plano Nacional de Saneamento Básico. O autor sustenta que a lei, em sua configuração

atual, contraria o arcabouço legal existente e também o interesse público. Ele diz que o plano, aprovado em 2013, tem como meta a universalização dos serviços somente em 2033, razão pela qual não se pode, no momento atual, imputar crime ambiental à operadora do serviço de saneamento ou a seus empregados, administradores ou gerentes, sem que sejam dadas soluções alternativas.

Cessação

A ideia do TCC é estabelecer “prazos razoáveis e metas progressivas” para extinguir a infração ambiental constatada. O acordo deverá conter uma cláusula de reparação do dano ambiental. Na impossibilidade de reparação, terá de definir

uma composição ambiental substitutiva. A extinção da punibilidade somente será decretada quando cumprido o TCC. Caso o acerto não seja respeitado, seus benefícios serão revogados, cabendo ao órgão ambiental notificar o Ministério Público para a adoção de providências.

Outra ressalva do projeto é no sentido de não se impor prisão em flagrante nem pagamento de fiança a agentes de saneamento que respondem por dano ambiental, se forem tomadas medidas imediatas para cessar ou amenizar as causas da infração.

O texto tem parecer favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Depois de passar pela CCJ, terá votação final na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

ICMS do querosene de aviação será votado terça

Projeto foi debatido ontem e gerou polêmica entre os senadores que esperam amenizar a guerra fiscal entre estados e os que temem redução da arrecadação dos entes federativos

O TETO DE 12% para a alíquota interna do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do querosene de aviação deverá ser votado na terça-feira, anunciou o relator da proposta, Jorge Viana (PT-AC). O tema foi discutido ontem em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por representantes das empresas aéreas, dos estados e do governo federal. O debate foi marcado por divergências entre os participantes.

A reunião foi presidida por Gleisi Hoffmann (PT-PR). Um dos pontos levantados pelos secretários estaduais de Fazenda foi a possível falta de competência do Senado para estabelecer a alíquota interna: a Constituição faculta à Casa adotar resolução nesse sentido para resolver conflito específico que envolva interesse de estados.

Para os secretários de São Paulo, Renato Villela, e de Goiás, Ana Carla Abrão, não há conflito entre os estados quanto à questão. Entretanto, para Viana e para o autor do projeto (PRS 55/2015), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o conflito está caracterizado pela existência de sete faixas de tarifas, variando de menos de 12% a 25%. Conforme Viana, existe uma verdadeira guerra fiscal com o ICMS do querosene de aviação.

O relator responsabilizou o chamado *tankering*, abastecimento de combustível em quantidade superior à necessária nos aeroportos de estados com menor incidência de ICMS. O peso adicional e desnecessário do combustível faz com que o avião tenha a eficiência reduzida e se torne mais poluente. Viana citou também risco para os passageiros.

José Aníbal (PSDB-SP) defendeu a competência constitucional dos estados de fixar as alíquotas internas de ICMS. O senador previu uma enxurrada de ações judiciais contra a alteração, se for aprovada pelo Senado. A instância



Relator, Jorge Viana questiona representantes das aéreas, do governo federal e dos estados em audiência presidida por Gleisi Hoffmann (2ª à esq.)

certa para a discussão de qualquer proposta nesse sentido é o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais de Fazenda, disse. Randolfe afirmou que os dois principais objetivos da proposta são ampliar a malha aérea e reduzir as tarifas para os passageiros.

Contrapartida

No que diz respeito às contrapartidas das companhias para a redução da alíquotas do ICMS, o presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Eduardo Sanovicz, previu a abertura de 50 a 70 novos voos diários, em benefício da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, com a aprovação da medida. Quanto à redução das tarifas, Sanovicz evitou apresentar números, porque, de acordo com ele, cada empresa tem a própria política. Entretanto, disse que o setor aéreo “majoritariamente transfere seus ganhos para os usuários”. Na opinião de José Aníbal, no entanto, a prática demonstra ser difícil conseguir redução

de tarifas com desoneração tributária em setores monopolizados, como a aviação civil.

Para o coordenador de Assuntos Econômicos da Secretaria de Fazenda do Paraná, Francisco Inocêncio, o quadro posterior à eventual aprovação do PRS 55/2015 é complicado.

— Os estados e municípios terão as receitas reduzidas. A guerra fiscal vai continuar e, portanto, o *tankering*. Os problemas de custo das companhias aéreas não serão resolvidos, pois se fundamentam principalmente no câmbio e na demanda, e as famílias continuarão sem acesso ao transporte aéreo em função dos preços.

Villela questionou o poder da redução das alíquotas para resolver a crise da aviação civil, que atribuiu à recessão econômica. Segundo o secretário paulista, as companhias não ampliarão os investimentos em novas linhas apenas com o benefício fiscal. Além disso, previu, os estados que praticam alíquotas menores tenderão a aumentá-las até o teto de 12%.

Ana Carla afirmou que, se Goiás for obrigado a reduzir a alíquota de 15% para 12%, terá R\$ 15 milhões a menos para investir na saúde, na educação e na segurança.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) calculou a perda do Espírito Santo em R\$ 30 milhões e questionou a eficácia da proposta para alcançar os objetivos propostos.

Arrecadação

Comentando o anúncio da Abear de que seriam abertos pelos 50 novos voos com a redução do ICMS, Jorge Viana disse que “difícilmente teremos essa ampliação sem novos passageiros”. Para o senador, haveria então um crescimento e não uma redução da arrecadação dos estados.

Segundo Ferraço, caso aprove o projeto de resolução, o Senado não vai resolver o problema da aviação civil, mas apenas “desidratar” os recursos já escassos dos estados e municípios, que também recebem uma parcela do ICMS.

Randolfe defende unificação de alíquota para combustível

Unificar a alíquota do ICMS sobre o querosene de aviação, na opinião de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), pode ajudar a resolver a guerra fiscal entre os estados.

No Brasil, o querosene corresponde a 38% dos custos da tarifa aérea. Para o senador, a unificação vai gerar a redução do tributo e, consequentemente, o barateamento das passagens. Isso vai incrementar o fluxo de passageiros, compensando a perda de arrecadação de alguns estados.

Randolfe destacou que, por causa das peculiaridades geográficas e das distâncias entre os municípios, o transporte aéreo é necessidade e não luxo para os moradores da Região Norte.



Ana Voip/AP/Agência Senado

Dário aponta avanços nos 28 anos do SUS, mas cobra melhorias

Os avanços ocorridos nos 28 anos de existência do Sistema Único de Saúde (SUS) foram destacados por Dário Berger (PMDB-SC). O senador, porém, cobrou melhorias no sistema, e disse que União, estados e municípios não podem poupar esforços e recursos quando se trata da saúde da população.

Dário destacou que o SUS é um dos maiores sistemas de atendimento médico do mundo, criado em 1988 pelo governo federal para o acesso universal e gratuito à saúde a todos os brasileiros. Ele observou que, apesar disso, 80% dos pacientes do SUS são atendidos pelos hospitais filantrópicos e santas casas, enquanto o setor público, que consome 80% dos recursos do sistema, atende apenas 20% dos doentes.

Amorim elogia decisão que facilita transporte de órgãos

O decreto determinando à Força Aérea Brasileira que disponibilize ao menos uma aeronave exclusiva para o transporte de órgãos para transplante foi elogiado por Eduardo Amorim (PSC-SE). O senador parabenizou o presidente interino Michel Temer pela medida, baixada em 6 de junho. Amorim explicou que, muitas vezes, o órgão doado está em um estado e o receptor em outro, e o tempo entre a retirada do órgão e a chegada ao local de transplante determina ou não o aproveitamento.

— Por problemas de logística, o Sistema Nacional de Transplantes recusou 982 órgãos nos últimos cinco anos, como 347 corações que não foram buscados por falta de transporte.



Jefferson Ruy/AP/Agência Senado

Ciro Nogueira pede pena maior para motoristas bêbados

Ciro Nogueira (PP-PI) pediu rapidez na aprovação do projeto que aumenta a pena para motorista embriagado que provocar morte no trânsito. Pelo PLC 144/2015, o condenado poderá cumprir de 4 a 8 anos de reclusão. A pena atual é de detenção de 6 meses a 3 anos.

O projeto mantém o crime como homicídio culposo, quando não há a intenção de matar. Giro observou que, ao dirigir bêbado, o motorista assume o risco de envolver-se em acidentes, atropelar e matar. Ele relatou as mortes de dois jovens nas ruas de Teresina na noite de 26 de junho.

— Acidente é quando a causa é inevitável e, nesse caso, a causa é bastante previsível: dirigir embriagado.



Moreira Menez/AP/Agência Senado

Regina comemora produção de energia eólica no país

O Brasil é o quarto país do mundo na produção de energia eólica, disse Regina Sousa (PT-PI). Segundo ela, o Piauí é o quarto estado na produção desse tipo de energia.

A senadora, que integra a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, disse que uma das metas do Brasil é fazer com que as energias renováveis alcancem 45% da participação na matriz energética em 2030.

Regina afirmou que o vento é uma das fontes de energia mais promissoras e tem um dos mais baixos impactos ambientais. Ela acrescentou que o Brasil já tem mais de 200 parques eólicos. No total, são mais de 5 mil turbinas instaladas no país, sendo que 82% delas estão no Nordeste.



Moreira Menez/AP/Agência Senado

Temer sancionou proposta do Senado que torna obrigatória informação no rótulo, de modo a alertar pessoas alérgicas a açúcar do leite

Embalagem de alimento agora terá de alertar sobre presença de lactose

ALIMENTOS DEVERÃO INFORMAR na embalagem a presença de lactose em sua composição. É o que determina a Lei 13.305/2016, sancionada pelo presidente interino Michel Temer e publicada no *Diário Oficial da União* da terça-feira. As indústrias têm 180 dias para adotar a medida.

O texto sancionado é o do Projeto de Lei do Senado (PLS) 260/2013, aprovado em decisão terminativa (final) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado em 8 de junho.

O autor da proposta, Paulo Bauer (PSDB-SC), justificou a iniciativa citando resultados de diversos estudos que apontam a elevada ocorrência de intolerância à lactose no Brasil.

A CAS rejeitou o substitutivo da Câmara que previa que, além da lactose, o rótulo indicasse a presença da caseína (proteína do leite). O texto também proíbe o uso de gordura vegetal hidrogenada na composição de alimentos para consumo humano produzidos ou comercializados no Brasil. O relator no Senado,



Edilson Rodrigues/Agência Senado - 28/11/2014

A partir de 2017, embalagens deverão conter informação sobre lactose, que provoca alergia em parte da população

Dalirio Beber (PSDB-SC), apresentou parecer contrário ao substitutivo.

Gordura vegetal

Quando à obrigação de indicar a presença de caseína, Beber alegou que uma norma mais ampla foi editada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A RDC 26/2015 dispõe sobre

os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares. Isso, na avaliação do relator, “torna desnecessária e até inoportuna” a aprovação da emenda da Câmara.

Sobre a proibição da gordura vegetal hidrogenada, Beber entendeu que a iniciativa deve ficar a cargo da Anvisa, “órgão ao qual compete editar

normas com esse teor e que dispõe das condições e dos instrumentos técnicos indispensáveis para tomar essa decisão no tempo oportuno, após amplo processo de consulta aos setores interessados”.

O texto original do Senado que virou lei obriga, portanto, que os fornecedores informem no rótulo apenas se o alimento contém lactose.

Nova lei torna poder público responsável por limpeza de bueiro

O poder público será encarregado da limpeza e da manutenção de bueiros e redes de drenagem da água da chuva nas cidades. É o que estabelece a Lei 13.308/2016, publicada ontem no *Diário Oficial da União* e já em vigor.

A lei de diretrizes nacionais para o saneamento básico (Lei 11.445/2007) já encarrega o Estado da drenagem de água pluvial em áreas urbanas. O texto inclui a limpeza e a fiscalização preventiva de bueiros e redes, com o objetivo de garantir a saúde pública e a segurança da população e

dos patrimônios público e privado.

A lei tem origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 506/2007, do então senador Marconi Perillo. O objetivo é evitar os danos por falta de manutenção de bueiros e galerias em cidades e assim prevenir inundações.

No Senado, a proposta passou pelas Comissões de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA), onde recebeu relatório favorável do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e do então senador Jonas Pinheiro, respectivamente.

Bandeira aparecerá na divulgação de eventos que têm verba federal

Peças e campanhas de divulgação de eventos esportivos e culturais patrocinados com recursos públicos federais serão obrigadas a exibir a Bandeira Nacional. É o que prevê a Lei 13.307/2016, promulgada pelo Congresso Nacional e publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

O texto tem origem no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 158/2015, aprovada pelo Senado em junho. A regra já está em vigor.

O texto também estende a obrigatoriedade da Bandeira Nacional aos eventos de futebol de clubes que participam e re-

cebem recursos da Time-mania (Lei 11.345/2006), modalidade de loteria da Caixa em que são usados nomes, marcas e símbolos das equipes.

O autor da proposta é o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o texto foi relatado pelo senador Romário (PSB-RJ). Ele substituiu os termos “desportivos”, “paradesportivos” e “desportivas” pelos termos “esportivos”, “paraesportivos” e “esportivas”, o modo mais atual e abrangente de se referir aos esportes.

Brasil celebrará pela 1ª vez Dia da Doação de Cordão Umbilical

A data 8 de outubro agora é o Dia Nacional da Doação de Cordão Umbilical. É o que estipula a Lei 13.309/2016, publicada ontem no *Diário Oficial*. A lei resulta do PLS 299/2010 e vale já para este ano.

O objetivo é estimular a doação de cordões umbilicais, uma alternativa para complementar o baixo número de transplantes de medula óssea.

No princípio, o PLS 299/2010 instituía a Semana Nacional da Doação de Cordão Umbilical. No entanto, o relator, o então senador Vital do Rêgo, se convenceu de

que dedicar apenas um dia à causa seria uma estratégia mais eficiente de mobilização. Ele apresentou um substitutivo.

O autor da proposta, o então senador Inácio Arruda, argumentou que 2,5 mil pessoas ao ano precisam de transplante de medula. Desse contingente, 1,4 mil não encontram doador com laços de parentesco e compatibilidade genética. O autor observou que o sangue do cordão umbilical, rico em células-tronco, pode substituir a medula óssea, o que sobe a disponibilidade de doadores e reduz o custo do transplante.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Estimativa do autor, Fernando Bezerra Coelho, é que a medida, alternativa ao Imposto sobre Grandes Fortunas, gere até R\$ 15 bilhões de receita extra para a União. Alíquota pode chegar a 27,5%

Adiada votação de tributo sobre herança e doações



APESAR DO APELO pessoal do presidente do Senado, Renan Calheiros, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem adiar a votação da proposta de emenda à Constituição que autoriza o governo federal a criar um tributo sobre grandes heranças e doações. O pedido de vista coletiva foi apresentado após a leitura do parecer favorável pelo relator, Roberto Rocha (PSB-MA).

A PEC 96/2015, do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), é uma alternativa ao Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) e já tinha sido aprovada pela Comissão do Pacto Federativo. O texto estipula alíquota de até 27,5%, conforme o valor do bem, e deve gerar de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões de receita extra para a União, nas estimativas de Bezerra.

Caso a proposta seja aprovada, a União poderá instituir um adicional sobre o imposto de transmissão por morte ou doação, já cobrado pelos estados.

A arrecadação seria destinada à Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Depois de passar pela CCJ, a PEC 96/2015 deverá ser submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.



Membros da CCJ pediram tempo para analisar texto relatado por Roberto Rocha

O adiamento da votação da proposta foi encaminhado por Ronaldo Caiado (DEM-GO). O senador considera a iniciativa inconstitucional por invadir prerrogativa dos estados na cobrança do tributo.

Bezerra saiu em defesa da proposta com o argumento de que “não é hora de taxar aqueles que têm menos [os assalariados] com impostos regressivos”.

— O equilíbrio das contas públicas não passará só por contenção de despesas, mas também pela ampliação de receitas. Herança e doação

já são taxadas nos países desenvolvidos. Essa é uma decisão que o Congresso Nacional terá que fazer: taxar aqueles que muito têm ou continuar sacrificando os assalariados — resumiu o autor da PEC 96/2015.

Durante a discussão da proposta, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) observou que caberá à lei complementar definir as faixas de aplicação do novo tributo. O senador se disse contrário à possibilidade de uso desses recursos adicionais para custeio da máquina pública.

Comissão do Código de Aeronáutica começa terça

Está agendada para terça-feira, às 14h, a primeira reunião da comissão especial de senadores destinada a examinar o projeto do novo Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), o PLS 258/2016, de autoria da Comissão Diretora da Casa. Além da instalação do colegiado, esse primeiro encontro tam-

bém será destinado à apresentação do plano de trabalho da comissão.

O presidente da comissão especial é o senador Vicentinho Alves (PR-TO), o vice-presidente é o senador Pedro Chaves (PSC-MS) e a relatoria está a cargo do senador José Maranhão (PMDB-PB). Além deles, integram a

comissão os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Rocha (PT-PA), Lasier Martins (PDT-RS), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Jorge Viana (PT-AC), Hélio José (PMDB-DF), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Roberto Rocha (PSB-MA). A reunião ocorrerá na sala 3 da Ala Alexandre Costa do Senado.

Conselho repudia ação de juízes contra jornalistas

O Conselho de Comunicação Social do Congresso divulgou, na terça-feira, nota sobre as ações

de magistrados contra jornalistas no Paraná que fizeram reportagens sobre remuneração de juízes.

Íntegra do texto

“O Conselho de Comunicação Social, pela unanimidade de seus membros, vem a público manifestar o seu integral apoio à ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, que, em decisão liminar, decidiu suspender a tramitação da ‘enxurrada’ de ações de juízes e promotores do estado do Paraná, contra cinco profissionais do jornal *Gazeta do Povo*.
O direito de qualquer cidadão de defender seus interesses

pelo caminho da Justiça é inalienável, mas quando esse princípio assume feições de uma ação orquestrada, sem nenhum objetivo altruísta, precisa sofrer correção de rumos, para não atentar contra a liberdade de imprensa, também um princípio constitucional sagrado.
A democracia não aceita e não pode conviver com abusos de direitos.”

José Aníbal lembra o centenário de nascimento de Franco Montoro

José Aníbal (PSDB-SP) homenageou na quarta-feira o ex-senador e ex-governador de São Paulo André Franco Montoro, que completaria 100 anos em 14 de julho.



governador que São Paulo teve, que tornou muito mais eficiente a gestão — afirmou José Aníbal, destacando o olhar especial de Montoro para a América Latina.

O senador lembrou que Montoro convocou o famoso comício pelas eleições diretas para a Presidência da República, na Praça da Sé, em São Paulo. O ato reuniu milhares de pessoas em 25 de janeiro de 1984, marcando a largada da campanha Diretas Já.

— Perguntaram a ele: “Governador, quantas pessoas estão neste ato? E ele respondeu: “Eu não sei quantas, eu sei que o Brasil está aqui”.

O senador ressaltou a importância de Montoro à frente do governo paulista, para o qual foi eleito em 1982.

— Montoro foi o grande

Em aparte, Aécio Neves (PSDB-MG) disse que se deve a Montoro a indicação de seu avô, Tancredo, como candidato das oposições à Presidência no final do regime militar.

— Era ele [Montoro] o mais importante líder da oposição quando se elege governador de São Paulo. Lembro-me de uma reunião no Palácio Bandeirantes, quando Montoro pede a palavra e, mostrando extraordinário desprendimento, indica o então governador eleito de Minas Gerais, Tancredo Neves, como o nome que poderia melhor representar a oposição.

Aloysio homenageia ex-senador e ex-governador de São Paulo

O centenário do ex-senador e ex-governador de São Paulo Franco Montoro também foi destacado em Plenário, na quarta-feira, por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O senador ressaltou a atuação de Montoro na vitória de Tancredo Neves para presidente da República em 1984 e a participação na construção da Frente Democrática, que derrubou as bases do regime militar e restaurou a democracia no Brasil. Ele afirmou que Montoro foi um governador extremamente meticuloso na administração de São Paulo e que, além disso, “era um homem de valores”.

Aloysio, que foi líder do governo Montoro na As-

sembleia Legislativa de São Paulo, destacou a qualidade do trabalho do político no Congresso, como deputado federal e senador:

— Um parlamentar brilhante. Quando se despediu do Senado, disse: “Eu continuo parlamentando”. E ele fez isto governando. Parlamentou, dialogou, foi amplo, compreendeu a grandeza da luta democrática.

Na quarta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, registrou a presença em Plenário de Ricardo Montoro, filho do ex-governador. Renan anunciou a intenção de marcar para agosto uma sessão conjunta do Congresso em homenagem ao centenário de Franco Montoro.

Telmário critica indicação de general para presidir a Funai

A indicação do general Roberto Sebastião Peternelli Júnior para o cargo de presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)



Telmário disse que os povos indígenas são esclarecidos e combativos e não iriam acatar a indicação do general. Na opinião dele, a esco-

foi criticada em Plenário, na quarta-feira, por Telmário Mota (PDT-RR). O senador expressou indignação contra a escolha que, afirmou, atenderia a um pedido do PSC.

Para Telmário, a indicação foi um acinte, já que o general divulgou um manifesto, em março do ano passado, defendendo a ditadura militar.

lha de Peternelli seria um desserviço às comunidades.

Mais tarde, diante da repercussão negativa da escolha, o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, anunciou que o general não assumirá o cargo e que o governo procura um outro nome com uma história de diálogo com os povos indígenas.

Diplomatas apontam oportunidades do Brasil

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem os indicados por Michel Temer para representação na OMC e para embaixadas na Nova Zelândia, Noruega e Islândia

O NOVO DELEGADO permanente do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra (Suíça), deverá ser o diplomata Evandro de Sampaio Didonet. Indicado pelo presidente interino da República, Michel Temer, Didonet foi sabatinado e aprovado ontem, por unanimidade, pelos senadores da Comissão de Relações Exteriores (CRE). Na mesma reunião, dois outros diplomatas foram sabatinados e aprovados: George Monteiro Prata para a embaixada na Noruega (acumulada com a representação na Islândia) e Paulo César de Camargo para a embaixada na Nova Zelândia. Agora seus nomes serão submetidos ao Plenário.

Durante a sabatina, Didonet deixou claro que sua atuação na OMC, caso sua indicação seja confirmada pelo Plenário, será pautada pela busca do interesse nacional independentemente da forma em que se derem as negociações, sejam multilaterais (envolvendo todas as nações pertencentes à organização) ou plurilaterais (com blocos específicos de países).

O diplomata reforçou que esse enfoque, “flexível e marcado pelo pragmatismo”, tem produzido ganhos concretos visando maior inserção das exportações brasileiras no mercado mundial.

— Explorar resultados pontuais sem envolver necessariamente rodadas abrangentes produz ganhos. Exemplo foi o acordo de facilitação de comércio que conseguimos recentemente na ministerial de Bali — citou Didonet.

O indicado para a representação na OMC lembrou a participação de Armando Monteiro (PTB-PE) nessas negociações durante o ano passado, quando o senador ocupava o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) na gestão da presidente afastada Dilma Rousseff.

Didonet qualificou como “histórica” a decisão recente da entidade de proibir subsídios na exportação de produtos agrícolas. Lembrou que tais subsídios foram vedados para a exportação de produtos industriais há 57 anos e citou manifestação recente do ministro das Relações Exteriores, José Serra, para quem “temos que ser pragmáticos na OMC, pois o que não pode é ela ficar paralisada”.

Para a próxima reunião ministerial da entidade, prevista para 2017, Didonet afirmou que a prioridade brasileira será tentar colocar na pauta as discussões sobre subsídios domésticos à agricultura. Ele informou que essa reunião poderá focar tratados sobre comércio eletrônico, investimentos, subsídios à pesca e regulamentação doméstica.

O diplomata disse aos senadores que as diversas negociações em curso no âmbito da OMC têm um potencial de ganho na inserção comercial brasileira no mercado internacional, pois 84% das trocas entre as nações se dão por acordos envolvendo a definição de “tarifas mais favorecidas” entre países.

— A essência do sistema multilateral é a não discriminação. Então esse arcabouço é muito importante para países como o Brasil, que tem corren-



Aloysio Nunes (2º à esq.) preside sabatina que aprovou os diplomatas Prata para Noruega e Islândia, Camargo para Nova Zelândia e Didonet para OMC

tes de comércio repartidas de forma relativamente equilibrada entre todas as regiões do globo — disse Didonet.

Venezuela

Durante a reunião da CRE também foi aprovado um “voto de preocupação”, proposto por Ana Amélia (PP-RS), com relação à perspectiva da Venezuela assumir a presidência temporária do Mercosul. O posto é exercido num sistema de rodízio entre os países e durante o segundo semestre deste ano cabe à nação bolivariana o exercício do cargo.

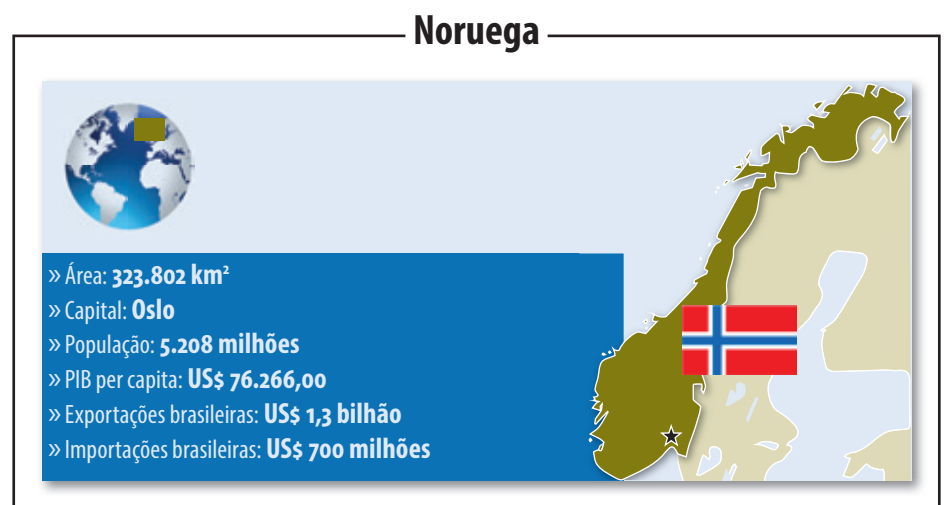
A senadora citou questionamentos vindos das demais nações que formam o bloco e da Organização dos Estados Americanos (OEA) sobre a possibilidade de a Venezuela não cumprir a “cláusula democrática” (Acordo de Ushuaia), condição para que possa fazer parte do Mercosul. Ana Amélia lembrou a manifestação do Paraguai, que defende a suspensão da Venezuela.

Noruega e Nova Zelândia

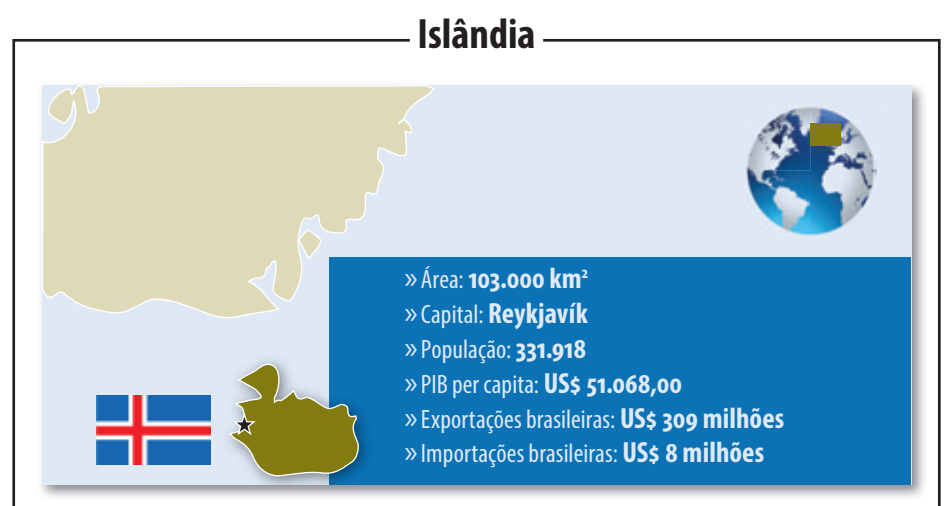
Na sabatina, o indicado para a embaixada na Noruega, George Monteiro Prata, lembrou que o Brasil é o terceiro maior destino de investimentos de empresas norueguesas em todo o mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos e a União Europeia. Já são mais de US\$ 25 bilhões em estoque de investimentos, em setores como petróleo, gás e bauxita, provenientes de mais de 130 companhias.

O diplomata lembrou ainda que a nação escandinava é a dona do maior Fundo Soberano de todo o mundo, dos quais US\$ 12 bilhões estão investidos no Brasil. Prata considera a gestão desse fundo um exemplo para nosso país, pois ele é formado por ganhos provenientes da exploração petrolífera em território norueguês. Se obtiver a aprovação do Plenário do Senado para a embaixada em Oslo, Prata disse que vai se esforçar para aprofundar as parcerias com a Noruega nas áreas educacional, econômica e ambiental.

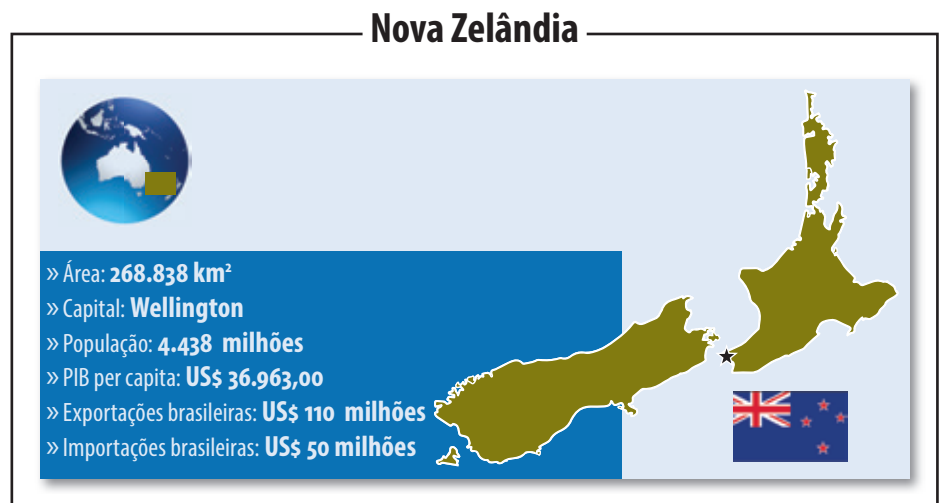
A representação brasileira na Noruega também responde pela Islândia. Na sabatina, Prata focalizou a recuperação econômica por que passa a Islândia, considerado um dos países europeus mais afetados pela crise mundial de



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

2008. O Brasil tem balança superavitária com o país e pode se beneficiar, segundo Prata, com o reerguimento islandês.

Em relação à Nova Zelândia, o diplomata Paulo César de Camargo citou o forte aumento das relações comerciais do Brasil com essa nação da Oceania,

com crescimento de 145% acumulado entre 2002 e 2008. O diplomata destacou que a Nova Zelândia vem buscando ativamente ampliar sua presença internacional, aderindo ao Acordo Transpacífico (TPP), e vê perspectivas positivas em relação a investimentos de empresas neozelandesas no Brasil.